



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Zamparoni, Valdemir D.

Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, c. 1900-1940

Afro-Ásia, núm. 23, 1999, pp. 145-172

Universidade Federal da Bahia

Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002305>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**GÊNERO E TRABALHO DOMÉSTICO
NUMA SOCIEDADE COLONIAL:
LOURENÇO MARQUES, MOÇAMBIQUE, C. 1900-1940***

*Valdemir D. Zamparoni***

*Ferro de engomar aceso no muro
aquece o assobio do moleque brincalhão
e a voz violenta do patrão.
O moleque está feliz ou não?
tem água e tem comida
tem calça e tem guarida
e tem voz violenta do patrão.*

Calane da Silva

Quando, no princípio da década de oitenta, cheguei em Maputo para ficar uns anos, a primeira coisa que me despertou a atenção, nas casas de estrangeiros e moçambicanos, foi o fato de que os empregados domésticos eram, majoritariamente, homens e não mulheres. Tal prática contrariava não só a minha formação mas todos os meios de educação e informação ocidentais que preceituavam que as lides domésticas eram, primariamente, atividades femininas. Quando muito, um homem deferente poderia ajudar a sua esposa em tais tarefas, mas nunca tornar-se no principal ator da cozinha e do lar, sob pena de ser visto como efeminado. Apesar de meu estranhamento, também contratei um homem para os afazeres domésticos. Meses depois, este empregado pediu licença

* Apresentado, com modificações, ao V Congresso Luso-Africano de Ciências Sociais, Maputo, Moçambique, 1-5 set. 1998. Agradeço aos colegas da Linha de Pesquisa “Escravidão e Liberdade”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, pelas sugestões a esta edição brasileira.

**Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor de História da África junto ao Departamento de História da Universidade Federal da Bahia.

para faltar ao serviço durante um mês, pois desejava fazer um curso. Numa outra conjuntura poderia ser tentado a pensar que se tratava de um curso de culinária ou de economia doméstica, mas não, ele havia se inscrito para receber um treinamento militar no quadro das chamadas milícias populares, então em voga em Moçambique. Findo o mês, ele reapareceu, deu bom-dia, dirigiu-se à área de serviço, pendurou a pesada metralhadora e alguns pentes de munição sobressalentes que trazia a tiracolo, trocou a farda de camuflagem pelo avental branco e pôs-se a serviço. Tudo foi feito sem a menor cerimônia, como se se tratasse da coisa mais corriqueira do mundo. Daí em diante, esta cena realmente tornou-se cotidiana e nem eu prestava mais atenção. Entretanto isto, definitivamente, parecia desconstruir todo o imaginário que associa domesticidade e feminilidade. Mas por que isto se dava desta maneira? Quais as condições históricas que tinham levado a isto? Quais as relações que predominaram no mercado de trabalho doméstico durante os anos iniciais do colonialismo? Minhas indagações só foram se aclarando no curso de uma investigação mais extensa sobre a presença colonial em Moçambique. Aqui apresento meus argumentos.

Após derrotar o Estado de Gaza, em 1895/6, o poder colonial português adquiriu o controle militar efetivo sobre toda a região sul de Moçambique, mas, para impor a sua administração sobre o território e as pessoas, não bastava derrotá-las militarmente. Foi preciso desencadear um processo de expropriação de recursos naturais e bens, particularmente terras férteis e gado, impor uma série de necessidades monetárias, através da introdução de impostos diversos, e, principalmente, apelar para uma suposta “obrigação moral do trabalho”, que justificaria a exploração de força de trabalho sub-remunerada, ao apelar para o recrutamento forçado, que ficou conhecido como *chibalo*.¹ Segundo este sistema, todos os moçambicanos, entre 15 e 60 anos de idade, estavam obrigados a prestar entre noventa e cento e oitenta dias de trabalho

¹ Sobre estes processos, ver Valdemir Zamparoni, “Terras negras, donos brancos: o processo de expropriação na região de Lourenço Marques – 1896/1930”, in *A dimensão atlântica da África*, (São Paulo, CEA-USP/SDG-Marinha/CAPES, 1997, pp. 153-160) e Valdemir Zamparoni, “Entre ‘narros’ & ‘mulungos’: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c. 1890-c.1940”, (Doutorado em História Social, São Paulo, USP, 1998), pp. 43-86.

assalariado. Os salários pagos eram irrisórios, os trabalhadores mal alimentados eram submetidos a extensas jornadas em condições insalubres e, além do mais, não eram raras as punições físicas. Tal sistema não podia deixar de lembrar as práticas do sistema de trabalho que o antecederia: a escravatura. E, como tal, era denunciado pela pequena burguesia negra e mulata, através de seus periódicos.²

Diante deste quadro, os trabalhadores desencadearam uma série de estratégias para evitar serem engajados no *chibalo* e, dentre elas, destaca-se a migração, legal ou não, para as minas da África do Sul, onde, apesar dos riscos à saúde e à vida, os salários eram bem superiores aos pagos pelos colonos brancos, em terras da colônia portuguesa. Tendo trabalhado nas minas, estariam isentos do *chibalo*, pois, devido a uma série de acordos bilaterais entre a União Sul-Africana e o Governo colonial em Moçambique, tal migração propiciava a este não só a arrecadação de taxas diretas diversas como também direitos de trânsito e de serviços, devido à preferência dada pela União ao trânsito de mercadorias pelos trilhos dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques. Mas nem todos conseguiam migrar para as minas. Alguns, com alguma especialização profissional de interesse urbano, procuravam as cidades, particularmente Lourenço Marques, então capital da colônia, para oferecerem-se, a partir de informações de amigos e parentes, como *voluntários*, pois os salários urbanos, embora baixos, equivaliam ao dobro dos pagos na agricultura e, além do mais, no espaço urbano, a violência era menor ou, ao menos, passível de ser denunciada.³

Como as cidades coloniais em Moçambique eram mais prestadoras de serviços do que centros de produção industrial, também as principais tarefas a que se dedicavam estes trabalhadores voluntários estavam relacionadas com a atividade terciária. A maioria era formada por car-

² Sobre a importância e significado dos periódicos *O Africano* e *O Brado Africano* como expressão desta pequena burguesia negra e mulata, *filha da terra*, ver Valdemir Zamparoni, “A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de *O Africano* - 1908/1920”, *África*, 11:1 (1988), CEA/USP, pp. 68-82; Zamparoni, “Entre ‘narros’ & ‘mulungos’” e Paulo Soares e Valdemir Zamparoni, “Antologia de textos do jornal *O Africano* (1908-1919)”, *Estudos Afro-Asiáticos*, 22 (set. 1992), pp. 127-178.

³ Trato com detalhes o significado e a amplitude do trabalho *chibalo* em trabalho anterior: “O trabalho compelido: formas e dimensões”, in Zamparoni, “Entre ‘narros’ & ‘mulungos’”, pp. 87-141.

regadores, marinheiros, estivadores, puxadores de riquixás, artesãos de diversas especialidades e por um expressivo contingente de criados para servirem quer à emergente rede hoteleira, quer para os trabalhos domésticos em casa de colonos e indianos.

Em Lourenço Marques, a esmagadora maioria dos *serviçais* domésticos era constituída por homens, como de resto em quase toda a África Austral.⁴ Na Europa, embora a divisão sexual do trabalho seja anterior, a emergência da burguesia fez-se acompanhar por um forte discurso que considerava natural e necessária a relação entre atividades domésticas e mulher. Na África, entretanto, sob domínio colonial, a forma como estas relações seriam estabelecidas mostram que, nem sempre, este vínculo é obrigatório e o único determinante; a ampla participação de homens africanos no mercado de trabalho doméstico mostra que as tarefas ditas do lar não são atributos naturalmente femininos, e mais: a criação do universo doméstico em África não é determinado somente pelo gênero, mas fatores como raça e classe intervêm de maneira primordial.

O censo de 1912, por exemplo, nos aponta que, em Lourenço Marques e subúrbios, para servir a uma população de 5.560 brancos e 2.898 indianos, a cidade contava com 99 pessoas lavadeiras de roupa, das quais somente 13 eram mulheres, sendo onze *pretas* e duas *pardas*; os 86 restantes eram todos homens: sete chineses, onze *pretos* e 67

⁴ A preponderância masculina nos trabalhos domésticos foi sendo substituída pelo emprego de mulheres negras e mulatas, na região do Cabo, desde a virada do século e no Witwatersrand, a partir do final da década de trinta. Cf. Charles van Onselen, "The witches of Suburbia; domestic service on the Witwatersrand, 1890-1914", in *Studies in the social and economic history of Witwatersrand*, (Johannesburg, Ravan Press, 1982), vol. II, pp. 1-73. Veja, para a região, entre outros: Karen Tranberg Hansen, *Distant companions: servants and employers in Zambia, 1900-1985*, Ithaca, Cornell University Press, 1989; Adelino Torres, "Le processus d'urbanisation de l'Angola pendant la période coloniale (années 1940-1970)", in Michel Cahen (Introd. e org.), *Vilas et cidades - bourgs et villes en Afrique Lusophone* (Paris, Harmattan, 1989), pp. 98-117, particularmente p. 105; Karen Tranberg Hansen (ed.), *African encounters with domesticity*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1992; Duncan G. Clarke, *Domestic workers in Rhodesia: the economics of masters and servants*, Gwelo, Mambo Press, Mambo occasional papers - Socio-economic series, nº 1, 1974; Jeanne Marie Penvenne, *African workers and colonial racism: Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*, Portsmouth, Heinemann, 1995, pp. 141-153. Também na África Equatorial esta parece ter sido a prática corrente, cf. Albert Schweitzer, *Entre a águia e a selva*, 2ª ed., São Paulo, Melhoramentos, s/d, p. 59.

pardos.⁵ Dentre os 261 indivíduos cozinheiros, 249 eram homens (95,4%), distribuídos racialmente da seguinte maneira: 135 *pretos* (51,7%), 82 *pardos* (31,4%), 22 chineses (8,4%) e 10 brancos representando cerca de 3,8% do total. Somente doze eram mulheres (4,6%) das quais sete *pretas*, três brancas e duas *pardas*. O censo inclui na categoria de domésticas, além das mulheres donas-de-casa, alguns homens, e inclui na categoria de serviços os trabalhadores em atividades domésticas assalariadas, exceto os mainatos — empregados encarregados de lavar e passar a roupa — e os cozinheiros, o que dificulta a separação dos trabalhadores domésticos assalariados e não assalariados. Apesar disto, vamos aos números: dos 11.153 serviços que a cidade e subúrbios tinham, em 1912, 7.650 eram homens (68,5%), sendo que a esmagadora maioria deles, ou seja, 7.489 eram *pretos* ou 67,1% do total, 113 eram *pardos*, 34 brancos e 14 chineses. Das 3.503 mulheres, as *pretas* constituíam a imensa maioria, perfazendo 3.368 ou cerca de 96,1% do total de mulheres incluídas na categoria de serviços. As demais mulheres eram 108 *pardas* e 27 brancas, consoante a classificação racial do censo.⁶

⁵ Utilizo aqui, em itálico, tais designativos não porque concorde com eles, entretanto, como são utilizados pelo próprio Censo, eles nos ajudam também a compreender como a mentalidade dos oficiais administrativos coloniais viam e classificavam, em geral de forma depreciativa, aqueles que estavam sob a sua jurisdição. Chamo a atenção para o fato de que tais termos mudam ao longo do tempo: assim o termo *preto* foi, muitas vezes, substituído por *indígena* ou por *negro*; *pardo*, que, em alguns casos, incluía os mestiços asiáticos, foi substituído por *misto* e este, por vezes, só designava os mestiços descendentes de brancos e negros; *amarelo* era usado para designar os chineses. Ver próxima nota.

⁶ Dados elaborados a partir de Guilherme de Azevedo, *Relatório sobre os trabalhos do recenseamento da população de Lourenço Marques e Subúrbios, referido ao dia 1 de Dezembro de 1912*, in *Boletim Oficial*, suplemento, pp. 177-193. A distribuição da população consoante profissões e raças registra somente 5.189 indivíduos brancos e 2.520 indivíduos “*pardos*”, certamente porque não inclui as crianças menores que não eram estudantes. Tudo indica ainda que foram agrupados sob a denominação de “*pardos*” tanto os indianos e goeses quanto os mulatos, ainda que estesjam distinguidos consoante a nacionalidade. Isto limita um pouco a análise, pois trata-se de segmentos socioculturais bastante distintos entre si, com diferentes inserções na sociedade e no aparelho administrativo do Estado colonial. Entretanto, Souza Ribeiro, no *Anuário de Moçambique - 1940* (Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1940), distingue, no mapa nº 4 “População de facto, não indígena, da cidade de Lourenço Marques” às páginas XVIII e XIX, a partir do *Anuário de Lourenço Marques-1915* e de elementos colhidos no *Relatório* efetuado por Azevedo, em 1912, aqui citado, os indianos portugueses e ingleses, dos “*Mixtos (pardos)*”. Logo, para o conjunto da Cidade de Lourenço Marques, teríamos as seguintes cifras: o segmento *branco*, constituído por 5.560 pessoas, o que representa 21,31% da população total — 26.079 habitantes; os “*amarelos*” somariam 373 pessoas ou 1,43%,

Com o correr dos anos, embora a situação não tenha mudado no que tange à divisão sexual de tal tipo de tarefa, assistimos a um estrondoso crescimento das atividades domésticas assalariadas, certamente relacionadas com o aumento da população branca na cidade. Se contarmos, a partir de dados extraídos do censo da população *não-indígena*⁷ de Lourenço Marques, de 1928, como potenciais empregadores para trabalhos domésticos todos os segmentos sócio-raciais cujos membros tinham alguma capacidade de pagar salários e deles excluirmos os indivíduos menores de vinte anos e os empregados em tais tarefas — embora não se possa descartar a possibilidade de que um ou outro com idade inferior a vinte anos pudesse ser empregador ou que alguns homens ou mulheres europeus e mesmo mulatos empregados em atividades domésticas pudessesem, por seu turno, empregar africanos nos afazeres do lar —, teríamos um total de 8.747 pessoas, virtuais empregadoras, das quais 6.016 eram europeias, 938 indo-britânicas, 977 indo-portuguesas, 594 *mistas* e 222 *amarelas*, muito embora, nestes dois últimos casos, os números possam superdimensionar o potencial empregador dos segmentos raciais, já que a maioria dos *amarelos* era empregada em profissões artesanais com parcós vencimentos e entre os *mistas*, mesmo os que almejassem ter criadagem à imagem e semelhança dos europeus, poucos realmente poderiam mantê-la, já que a maioria dos integrantes deste segmento racial tinha profissões modestas ou ocupava baixos cargos na burocracia colonial, vivendo com vencimentos frugais. O mesmo se passava entre os membros do segmento *africano*; poucos tinham algum tipo de empregado doméstico e, quando os tinham, geralmente tratava-se de sobrinhos/sobrinhas ou parentes trazidos do interior, que raramente recebiam mais do que cama e comida pela ajuda ou trabalhos prestados.⁸

os “*indianos*” 2016 ou 7,73% , os “*pardos*” — aqui denominando os *mistas* e mulatos — 785 pessoas ou 3% e os “*pretos*” 17.344 ou 66,5% da população.

⁷ Diversos códigos e regulamentos procuraram definir as características necessárias à criação de uma identidade subordinada para o *indígena* como um não-cidadão e, ao mesmo tempo, traçar fronteiras identitárias entre a grande massa de africanos que seria enquadrada nesta categoria e os poucos africanos que dela estariam isentos, além de regular a vida de ambas as categorias diante do Estado colonial. Ver mais detalhes em Valdemir Zamparoni, “Do *indígena* ao *assimilado*” in “Entre ‘narros’ & ‘mulungos’”, principalmente pp. 467-478.

⁸ “Censo da população não indígena em 1928”, in *Boletim Económico e Estatístico*, série especial nº 10, Colónia de Moçambique, Repartição de Estatística, Lourenço Marques,

Este mesmo censo aponta a existência de 6.843 pessoas empregadas em tarefas domésticas assalariadas, das quais 19 eram jardineiros, 1.116 cozinheiras e 5.708 criados. Ora, isto significa uma proporção aproximada de um empregado para cada potencial empregador e uma média aproximada de dois empregados por casal, embora alguns tivessem número maior, pois, afinal, a extensão da criadagem não resultava tão somente em das necessidades reais de seus serviços, mas era também sinal de ostentação e riqueza. Mais uma vez, as variantes raça e gênero são importantes para a caracterização deste imenso universo de assalariados domésticos: do total de cozinheiros, 1.011 ou 90,5% eram homens, dos quais 878 africanos; 13 eram *mistas*, 57 indo-britânicos, 50 indo-portugueses, 07 europeus e 06 *amarelos*. Somente 105 mulheres trabalhavam de forma assalariada como cozinheiras, representando menos de dez por cento do total e, também entre elas, a maioria era representada por 96 africanas, seguidas por 05 *mixtas*, 02 indo-portuguesas e 02 européias. Na distribuição dos criados, a preponderância masculina era ainda maior: dos 5.209 homens, que representavam 91,2% do total, 5.088 eram africanos, 73 indo-portugueses, 26 *mistas*, 09 indo-britânicos, 07 europeus e 06 *amarelos*. Das 499 mulheres empregadas como criadas, 426 ou 85,3% delas eram africanas, 41 eram *mistas*, 18 européias e 14 indo-portuguesas. Excetuando-se os negros e os *mistas*, a maioria dos demais trabalhadores era empregada por patrões do mesmo segmento racial.

Estes números fazem saltar à vista que nada menos que 95% de toda a força de trabalho assalariada em tarefas domésticas era composta por homens e mulheres africanos, tornando claro o caráter subordinado atribuído, na mentalidade dos empregadores, a este tipo de trabalho, que reservava, ao segmento racial tido como inferior, as tarefas reputadas como degradantes e indignas. Se confrontarmos os dados relativos aos cozinheiros, comuns aos dois censos, veremos que, embora tenha declinado a percentagem de homens em relação ao total, de 95%, em

Imprensa Nacional, 1930, pp. 302-304. Na verdade o Censo incluiu toda a população urbana de Lourenço Marques e não somente a considerada civilizada. O Censo da população não-indígena de 1935 excluiu os africanos não assimilados e o seu similar de 1940 incluiu somente os *africanos civilizados*, excluindo os demais africanos.

1912, para 90,5%, em 1928, a profissão tornou-se cada vez mais uma atividade dos homens negros que, em 1912, representavam cerca de 51% do total e, transcorridos dezesseis anos, passaram a representar, em 1928, mais de 78% de todos os cozinheiros assalariados. Mas estes números ainda nos dizem que a maioria dos trabalhadores domésticos eram homens e que os homens africanos, em 1928, ocupavam cerca de 87,4% de todos os postos de trabalho doméstico.

Mas por que esta preferência por trabalhadores domésticos masculinos, quando na Europa, de onde vinha a maioria dos empregadores, ocorria precisamente o inverso? Por que no universo do trabalho doméstico colonial os homens substituíram as mulheres, a tal ponto de serem considerados mais hábeis e capazes do que as mulheres para estas tarefas, numa interpretação que se choca frontalmente com as noções ocidentais de domesticidade? Alguns asiáticos e europeus empregavam mulheres nos serviços domésticos, mas era sabido e corrente que a relação que então se estabelecia não era a de assalariamento mas de concubinato, conforme apontou o Pe. Daniel da Cruz, em 1910.⁹ Jeanne Penvenne procura dar uma explicação ao fenômeno ao afirmar que, embora a partir dos anos quarenta, as “senhoras” brancas buscavam mulheres negras para atender a si e às suas crianças, elas temiam que seus maridos também quisessem ser servidos sexualmente e que, portanto, este ciúme sexual contribuiu para as divisões de raça e classe presentes no mercado assalariado de serviços domésticos. Tais arrazoados também são compartilhados por Elizabeth Schmidt, ao examinar o tema na Rodésia do Sul, e por Karen T. Hansen em seu estudo sobre a Rodésia do Norte.¹⁰

Em Moçambique, quanto os missionários protestantes e católicos apostolassem também para os adultos, as escolas das missões priorizavam o ensino para os jovens, pois eram de opinião de que se

⁹ Pe. Daniel da Cruz, *Em terras de Gaza*, Porto, Gazeta das Aldeias, 1910, p. 221.

¹⁰ Jeanne Marie Penvenne, “Seeking the factory for women - Mozambican urbanization in the late colonial era”, inédito, gentilmente cedido pela autora, p. 8. A autora repete argumentos semelhantes ao apresentado em seu *African Workers*, p. 148. Elizabeth Schmidt, “Race, sex, and domestic labor: the question of African female servants in Southern Rhodesia, 1900-1939”, in Hansen (ed.), *African Encounters*, 1992, pp. 221-241 e Hansen, *Distant Companions*, pp.—

alguma coisa de sólido se poderia fazer, em termos de civilizar os “pretos”, era preciso começar pela “gente miúda”, formando desde os alicerces uma nova geração, já que dos adultos nada podiam esperar: “preto velho não aprende línguas”, era o adágio citado para justificar que eram baldados os esforços para tentar tirar os adultos da sua “vida selvagem e seus hábitos grosseiros”, pois, por mais cordatos que fossem com os missionários, “nunca se convencerão de que possa haver para elles outra felicidade que o *batuque*, a *bebedeira* e a *mandriice*”, ou seja, não estariam dispostos a trocar a sua vida, tida como folgazã e devassa, pela sobriedade prescrita pelos missionários.¹¹ Já da juventude tudo podiam esperar, desde que lhe fosse ministrada uma educação apropriada, sólida e bem dirigida, de maneira a ir tornando os pupilos primeiramente homens, depois cidadãos cristãos, já que, como expressa o Pe. Daniel da Cruz, “só com taes fundamentos, depois dum certo desenvolvimento da intelligencia e das faculdades, é que elles podem vir a comprehendender a moral e a religião; começar pelo opposto é trabalhar inutilmente, é perder todas as energias, é nunca chegar a fazer nada”.¹²

Alguns missionários, como o Pe. Vicente do Sacramento, estavam convencidos de que as missões, além de imporem a língua, os valores e os costumes europeus aos *indígenas*, deveriam também ser “missões de ocupação efectiva e de exploração das riquezas da terra, pela indústria, pela agricultura, por todos os meios”, constituindo-se em “factor de riqueza nacional”.¹³ A prática, comum também entre as missões protestantes, de fazer os alunos trabalharem nos campos, era levada ao limite pelas missões católicas e havia padres que tocavam empreendimentos comerciais e que, tal como os demais colonos, reivindicavam e obtinham, da administração colonial, presos para trabalhar por comida.¹⁴

¹¹ Cruz, *Em terras de Gaza*, p. 7.

¹² Ibidem.

¹³ *O Africano*, 23 jul. 1919. Os distintos projetos e práticas educacionais presentes em cena em Moçambique até o fim da década de trinta deste século foram por mim apresentados mais detalhadamente em outro trabalho: Zamparoni, “Educar é civilizar: as cores do ensino”, in “Entre ‘narros’ & ‘mulungos’”, pp. 416-466.

¹⁴ AHM-ACM, Secção A - cx. 358, Diversos - 1913 - Ofício 37, de 07/05/13 do Superior da Missão de Santo Antônio de Macassane, Manoel Cruz Boavida, ao Secretário Geral, de 07/05/1913 do Governo onde pede o fornecimento de 10 sentenciados para o serviço da missão. O melhor exemplo de clérigo bem sucedido em empreendimentos

Algumas missões restringiam o ensino religioso e literário a cerca de duas horas por dia e coagiam os alunos ao trabalho agrícola no restante do dia, vivendo, a missão e os missionários, quais parasitas, à custa do trabalho dos internos. O recurso ao trabalho braçal dos educandos criava situações em que estes eram tratados como prisioneiros, impedidos de receberem visitas dos pais, castigados com palmatória ao menor sinal de desrespeito ou por pequenas faltas; assim, não raro, fugiam, tão logo tivessem possibilidades de o fazer, o que, na visão dos padres, era de grande prejuízo por paralisar os “serviços que deviam produzir capital”.¹⁵ Muitas missões, entretanto, não pareciam estar preocupadas em incutir quaisquer novos valores e comportamentos, pois, como apontou um inquérito de 1917, à Missão de Boroma, em Tete, “todos, rapazes e raparigas, comem ainda como as mães os ensinaram; à mão. Garfos, colheres e pratos não conhecem e como camas, em vez de tarimas, como seria natural, teem o chão, onde dormem em esteiras. Como educação e civilização, é edificante!”.¹⁶ Algumas, porém, eram mais eficientes e se esforçavam para ensinar práticas agrícolas modernas, como a introdução da charrua.

A pequena burguesia urbana, formada por negros e mulatos, “filhos da terra” como costumava referir-se a si própria, partilhava da crença iluminista de que a felicidade do povo decorria da difusão da educação, que seria o meio basilar e adequado para transformar o *indígena* num cidadão; ela teria o condão de converter quem aprendia a ler e a escrever em “alguém”, passando este a se distinguir dos demais, distinção obtida “pelo estímulo que a escola lhe infiltrou e pela maior facilidade de encontrar trabalho remunerado” e que se traduzia num

“mundanos” é o do Pe. Vicente do Sacramento: de missionário junto aos mineiros moçambicanos no Transvaal, torna-se proprietário de terras, do lucrativo monopólio da Loteria da Província, em Lourenço Marques, e acaba por adquirir, em 1918, *O Africano*, do qual fora colaborador, pondo-o a serviço dos interesses da burguesia branca local. Ver: *O Africano* de 4 dez. 1918, 3 dez. 1919 e *O Brado Africano* de 12 jul. 1919, 15 set. 1923 e 25 fev. 1933.

¹⁵ AHM-DSNI - Secção E - Instrução e Cultos, cx. 1299 - Proc. 19, ano 1919, Cópia de *Carta do Pe. Manoel da Cruz Boavida Superior da Missão de Santo António de Macassane ao Administrador da Circunscrição do Maputo*, de 13/05/1919.

¹⁶ AHM-DSNI - Secção E - Instrução e Cultos, cx. 1299 - Proc. 19, ano 1917. doc. 333/10 - *Sub-Intendência dos Negócios Indígenas e de Emigração ao Secretario do Governo do Distrito de Tete* de 11/09/1917.

comportamento social diferenciado em relação à maioria dos indígenas, tendo como parâmetro o comportamento do europeu educado. A educação era vista como fonte de emancipação e libertação social. Acreditavam que só a leitura e os estudos transformariam os *indígenas* em “homens” capazes de se defenderem dos “maltratos e vexames” de que eram alvos. Protestavam, entretanto, contra a artificialidade do ensino ministrado pelas missões, pois elas só ensinavam “a ler, escrever e contar”, quando, na verdade, o que aspiravam não era “só saber ler, escrever e contar, mas sim escolas onde nos ensinem serviços, trabalho e ofício, para tirarmos proveito da ciência de ler, escrever e contar.”¹⁷

Reputavam ainda que a educação teria a capacidade de converter em “utilidades reais as faculdades e aptidões nativas dos mesmos indígenas” e, para que isto se materializasse, partilhavam a opinião de que a educação deveria ser “moral e cívica” e a instrução mais profissional que literária, sendo a instalação de escolas de artes e ofícios o instrumento para isto.¹⁸ Esta opinião também era ecoada por alguns missionários para quem o melhor meio para a consecução do projeto civilizador era a implantação de um ensino prático que objetivasse integrar os jovens no mercado de trabalho capitalista, pois era corrente a opinião de que “os pretos, por mais civilizados que pareçam, voltando para o mato voltam igualmente ao seu selvagismo primitivo, aos mesmíssimos hábitos e costumes em que sempre viveram”.¹⁹ A reivindicação de um ensino mais instrumental por parte dos membros da pequena burguesia *filha da terra* não coincide, embora algumas vezes se confunda, com reivindicação semelhante feita pelos representantes da ideologia colonial. Para aqueles, a educação era o caminho para a aquisição de instrumentos de defesa diante das arbitrariedades e, sendo “instrumental”, formaria profissionais e artífices que poderiam ser autônomos, não sendo submetidos ao vexaminoso *chibalo*, além de os dotarem da possibilidade de ascensão social. Para os segundos, a educação que se deveria dar ao

¹⁷ Palavras de Rodrigo José da Cunha Amaral, ele próprio ex-aluno e ex-professor de escolas católicas. *O Africano*, 4 nov. 1914.

¹⁸ Ver, entre outros, os seguintes números de *O Africano*, 9 set. 1911, 18 maio. 1912, 18 fev. 1914/14, 3 jul. 1915, 12 fev. 1916/15, 4 nov. 1916 e *O Brado Africano*, 6 nov. 1920, 1 set. 1928, 13 jun. 1931 e/31 20 jul. 1935/35.

¹⁹ Cruz, *Em terras de Gaza*, p. 7.

indígena era no sentido de torná-lo um trabalhador útil que contribuísse para a riqueza da Colônia, mas que nunca deveria “lhe enraizar no espírito a falsa ideia de que [era] igual ao branco” ou que teria os mesmos direitos que este.²⁰ Para os primeiros, a educação era sinônimo de emancipação, para os segundos, instrumento de perpetuação da subordinação e da discriminação: “tratá-los bem, educá-los, ministrar-lhes bons ensinamentos e fazer d’elles homens aptos e hábeis, que possam um dia ser úteis a si próprios e à sociedade, sim senhor; agora descer ao ponto de estender a mão a um preto boçal, isto é que não.”²¹

Cientes de que as missões protestantes estrangeiras contavam com vantagens que as católicas não possuíam — missionários com formação prática, alguns deles médicos cujas esposas agiam como enfermeiras —, alguns propuseram que todas as missões católicas portuguesas na África tivessem, além de um missionário eclesiástico, “uma professora do sexo femenino [sic], um médico, um auxiliar agricultor e mais dois ou três artífices”, reivindicação que nunca se concretizou para o conjunto delas.²² Algumas poucas, entretanto, dedicaram-se, ainda que precariamente, ao ensino das “artes e ofícios” e, dentre as profissões ensinadas, destacam-se a de músicos, sapateiros, alfaiates, marceneiros e gráficos. Os poucos rapazes africanos que delas saíam tornavam-se, além de trabalhadores, também agentes difusores de valores considerados civilizados, tais como, ler e escrever, trajar-se e viver à européia.

Para muitos, educar os homens não bastava. Eram de opinião de que, para se conseguir atingir os fins e objetivos que esperavam da educação, era imperioso, antes de mais nada, educar a mulher, o que era visto, mesmo por alguns colonos, como sendo “uma questão basilar na civilização das raças inferiores”.²³ Dentre os membros da pequena burguesia negra e mulata, *filha da terra*, o principal defensor da tese da educação feminina foi João Albasini. Para ele, a educação da mulher elevaria o homem inculto até ela, já a educação somente concedida ao homem, por mais perfeita e completa que fosse, “mais escravisaria a mulher e mais

²⁰ Freire de Andrade, A. A. *Op. cit.*, v. II, p. 74 e sgtes.

²¹ AHM-ACM, Secção E, cx. 169 - Diversos, maço 1911, Doc. 506 - do *Administrador da Chai-Chai ao Governador do Distrito de Lourenço Marques*, de 28/11/1911.

²² Pe. Manuel da Cruz Boavida. *Op. cit.*, p. 5.

²³ Opinião do colono Augusto Baptista em *O Africano*, 10 set. 1913.

atormentaria o homem”; assim, estava convicto de que a educação e instrução deveriam atingir os dois sexos, “para se tirar logo um proveito imediato, porque só a preta educada pode regenerar o preto”; além disso, “educada, a preta deixará de ser a mãe desleixada e porca que abandona os filhos à mercê do tempo (...) a negra educada há de, por certo, levantar o nível moral desse homem”;²⁴ além disso, a mulher sem educação tendia a considerar o marido educado como estando “viciado pelo contacto com gente civilizada” e o repelia.²⁵ O curioso nestas formulações é que, apesar dos preconceitos tipicamente colonialistas em relação à mulher e mãe africanas, seus autores, ao propugnarem pela educação feminina, acabavam por inverter a precedência dada à educação masculina, reinante na sociedade da qual faziam parte, reivindicando a dignificação e melhoria da qualidade de vida para as mulheres, tema que não estava na agenda do Governo e dos agentes do colonialismo.

Mas que tipo de ensino deveria ser destinado às mulheres? As opiniões eram bastante assemelhadas: o ensino da mulher *indígena* deveria ser como o do homem, essencialmente prático, mas, ao mesmo tempo, diferenciado daquele. Como propunha, em 1911, o articulista P. F., as mulheres deveriam ser educadas nos princípios rudimentares da religião cristã, para que substituíssem “as crenças e costumes selvagens” que a impediam de “entrar no convívio da civilização”; e instruídas nos deveres de uma boa dona-de-casa, capacitadas para os trabalhos de corte e costura, o que tornaria fácil a ela e aos seus filhos trajarem-se “à européia”.²⁶ Poucas eram as mulheres que opinavam nas páginas dos jornais, mas, quando o faziam, suas opiniões, acerca deste assunto, não destoavam das propaladas pelos homens. A colaboradora Luiza, em artigo publicado em *O Africano*, em 1915, argumentava que a principal tarefa do Governo, na colônia, seria a de construir escolas para “raparigas”, nas quais estas deveriam aprender corte e costura, cozinar, lavar e passar, enfim, todo o “ensino caseiro” e, simultaneamente, aprender a ler e escrever português e moral religiosa.²⁷

²⁴ *O Africano*, 29 ago. 1912.

²⁵ Grémio Africano de Lourenço Marques. *Op. cit.*, p. 2.

²⁶ *O Africano*, 2 set. 1911 e 30 set. 1911.

²⁷ *O Africano*, 23 jan. 1915.

Já há anos, João Albasini vinha defendendo que a primeira escola a se abrir em Lourenço Marques, para formar *indígenas*, deveria ser um internato para moças, pois era preciso tirá-las do convívio familiar para educá-las, e, com isto, suprimir o *lobolo*, para tirá-las da situação de “escravas perpétuas” dos homens a quem davam de comer e vestir, para quem criavam os filhos e de quem aturavam as bebedeiras. A educação da mulher tinha ainda a “boa qualidade de acabar com o grande contingente de desgraçadas que bem podem tomar o caminho honesto, serem boas mães, educadoras dos filhos” e, além do mais, seriam úteis “a esta colónia onde se não tem uma criada, uma cozinheira, uma engomadeira, uma ama, uma parteira, onde a rapariga só cresce para o regalo da carne”;²⁸ aliás, diante da negligência do Governo em relação à educação feminina, João Albasini, concluía: “a prostituição faz parte, infelizmente, da nossa administração”.²⁹ Estes alvitres não só ignoravam as experiências de vida das jovens africanas como renegavam as práticas sociais resultantes. A educação proposta não visava melhorar técnicas ou práticas do seu universo doméstico, mas suprimi-las e substituí-las pelos valores e moralidade cristãos e por hábitos de vestuário e alimentação considerados mais adequados à vida moderna e urbana, enfim, *civilizados*. Não se tratava de propor melhorias nesta ou naquela técnica de cozimento e conservação dos alimentos, mas de trocar o fogão sobre as pedras pelo fogão de aço, mudar os referentes culinários, substituindo o cozido de farinha, a *matapa*, o caril e o amendoim, pelo pão, pela batata e, se possível, pelo azeite e pelo bacalhau, alterando gostos, impondo paladares e comportamentos gastronômicos. Enfim, as garotas e moças deveriam ser transformadas segundo o modelo da dona-de-casa européia; deviam aprender a cuidar da casa, casar e cuidar de um homem também educado, com uma profissão “útil”, criar filhos saudáveis e disciplinados, consoante os melhores valores europeus e, acima de tudo, cristãos.

Algumas das habilidades propostas para as mulheres não só visavam alterar hábitos seculares, mas o atendimento de necessidades resultantes da colonização e urbanização, como a confecção de roupas

²⁸ *O Africano*, 15 out. 1913.

²⁹ *O Africano*, 25 fev. 1914.

em substituição à *capulana* enrolada ao corpo, que não pedia agulha e linha, goma ou ferro de passar. O domínio deste novo universo da domesticidade prepararia a mulher para entrar no “convívio da civilização”, quer como consumidora, quer como força de trabalho, cujas habilidades eram demandadas pelos lares brancos ou, mesmo, por alguns membros da pequena burguesia filha da terra. A educação feminina era vista também como um fator de libertação da mulher, quer em relação a práticas ancestrais, quer modernas. João Albasini e seus companheiros esperavam que a mulher do futuro, educada nos valores cristãos e treinada com as habilidades domésticas europeias, pudesse tomar consciência de sua situação de escrava e objeto dos homens, imposta quer pela manutenção do *lobolo*, quer pela introdução e alastramento da prostituição e, ao libertar-se de ambas, tornar-se-ia útil à sociedade como trabalhadora e educadora das gerações futuras. Se, por um lado, a educação das almas libertaria o corpo, por outro, a concepção do universo doméstico se confunde, numa operação única, com a domesticação destas mesmas almas, corpos e comportamentos.

No mesmo período e num contexto colonial semelhante, Elisabeth Schmidt, em seu estudo sobre a Rodésia do Sul, afirma que o ensino de tarefas domésticas de tipo europeu às mulheres africanas, pelos missionários, tinha como propósito primário preparar esposas e donas-de-casa para os professores e evangelistas africanos e não para inseri-las no mercado de trabalho doméstico assalariado.³⁰ Segundo ela, diferentemente dos missionários que se opunham ao emprego de mulheres africanas, mesmo antes do casamento, os capitalistas consideravam que as jovens mulheres africanas podiam ser empregadas em trabalhos domésticos por um salário menor do que o dos homens e que, com isto, liberar-se-ia a força de trabalho masculina para o que consideravam tarefas “produtivas” nas minas, fazendas e outros empreendimentos.³¹ Já os oficiais administrativos, diferentemente dos proprietários de capital, consideravam a questão sob um ponto de vista mais amplo e temiam

³⁰ Schmidt, “Race, sex, and domestic labor”, p. 233 e Hansen, *Distant companions*, p. 127.

³¹ Argumentos semelhantes para a liberação de força de trabalho masculina foram também usados na Rodésia do Norte a partir dos anos quarenta, cf. Hansen, *Distant companions*, pp. 120-135.

que a *emancipação* da mulher africana ameaçasse minar o poder masculino africano e, consequentemente, todo o sistema de poder dos chefes, nos quais se baseava o exercício da autoridade colonial inglesa. Há que se considerar ainda o fato de que, sendo a principal força de trabalho agrícola, a permanência da mulher no campo era vista como necessária para garantir a reprodução a baixo custo da força de trabalho masculina, que supria o crescente mercado de trabalho assalariado.

Embora, argumenta Schmidt, na ideologia doméstica européia, cozinar, limpar a casa e cuidar dos filhos constituíssem a essência das “tarefas femininas”, o emprego de mulheres africanas como serviços nas casas européias causava o afastamento de seus próprios lares, o que conflitava com as tentativas européias de torná-las empregadas domésticas; além disso, o ideal de que a mulher devia ficar em casa e o homem buscar trabalho, potencializado pelo medo que as mulheres européias tinham da sexualidade da mulher africana, acabou por prevalecer sobre a divisão de gênero pensada para tais tarefas. Parece que havia uma unanimidade no meio colonial europeu da Rodésia do Sul que considerava que as mulheres africanas eram menos capazes, menos inteligentes, mais rebeldes e desertavam com mais facilidade do que os homens.³² Além do mais, as patroas européias não tinham interesse em gastar tempo treinando jovens africanas que as abandonariam com o casamento; desse modo, as mulheres africanas deveriam permanecer em seu próprio domínio doméstico, enquanto que os homens trabalhariam no mercado assalariado, ainda que doméstico.

A primeira pergunta a se fazer, diante de todos estes argumentos, é se no meio branco, extremamente patriarcal e machista, não seria mais adequado esperar que os homens brancos temessem pela integridade de suas mulheres e crianças convivendo com trabalhadores negros e que, portanto, envidassem esforços para contratarem criadas e não criados. Embora se trate da reação ao “*black peril*”, representado pelas alegadas ofensas sexuais sofridas pelas mulheres brancas rodesianas por parte dos homens negros,³³ era, segundo Schmidt, maior o

³² Schmidt, “Race, sex, and domestic labor”, p. 231 e Hansen, *Distant companions*, pp. 134-136, Penvenne, *African workers*, p. 58 e Janet M. Bujra, “Men at work in the Tanzanian home: How did they ever learn?” in Hansen (ed.), *African Encounters*, p. 251.

temor do “*yellow peril*”, ou seja, a miscigenação entre homens brancos e mulheres negras. Nesta sociedade de colonos, afirma a autora, dominada pela moral sexual vitoriana, a *virginal* mulher européia era colocada no pedestal, enquanto a mulher africana era reputada como tentadora, pois, supostamente, encarnava instintos selvagens como sensualidade e luxuria e se constituiriam no objeto secreto dos desejos sexuais dos homens brancos. Nesta perspectiva, as mulheres européias agiam como guardiãs da civilização e dos privilégios das pessoas de pele branca e assumiam a responsabilidade primordial de defender a dignidade e o prestígio do Império, mantendo a necessária distância social entre governantes e governados. Schmidt afirma que, maior que o temor por sua própria segurança, era a preocupação destas mulheres de que seus esposos e filhos mostrassem o devido respeito à coroa britânica e às mulheres européias, mantendo-se longe das mulheres africanas, pois, caso seus maridos buscassem companhia de mulheres das “*raças subordinadas*”, isto não só reduziria a dignidade que deveria pautar a vida dos europeus, como elas próprias seriam apontadas como esposas fracassadas. Por isso, então, agiam como um esquadrão da moralidade branca na manutenção das barreiras sexuais entre as raças, opondo-se a雇用serviços africanos que poderiam representar uma tentação permanente para esposos e filhos.³⁴ Certamente estes argumentos que povoaram as cabeças dos agentes sociais ajudam a compreender o fenômeno, mas não creio que sejam determinantes ou até mesmo, que expliquem adequadamente a predominância de homens africanos em tais tarefas. Sou de opinião de que é na dinâmica das sociedades africanas e na forma como estas se articulam com o desenvolvimento do capital que se enraízam mais profundamente os motivos de tais opções.

Embora a prática de buscar trabalho assalariado, entre os *indígenas*, fosse um atributo masculino que remontava quer às empreitadas como carregadores, quer ao engajamento para trabalhar nos canaviais de Natal e nas minas do Rand, ou mesmo nos serviços rurais e urbanos

³³ Embora o comissário de Polícia de Lourenço Marques fale desta possibilidade, o tema parece não ter preocupado a comunidade branca. Ver AHM-DSNI, cx. A/10, ano 1927 - *Informação da Secretaria dos Negócios Indígenas*, de 18/04/1927.

³⁴ Schmidt, “Race, sex, and domestic”, p. 224.

na própria colônia, explicar este engajamento como *serviçal* doméstico requer um pouco mais de discussão. Na sociedade Thonga, o ato de cozinhar e as demais tarefas domésticas são fundamentais na determinação dos papéis sexuais masculino e feminino. Além da agricultura e da coleta, cabe à mulher a educação dos filhos e a culinária: põe o milho de molho, pila-o, corta lenha, busca água e prepara os alimentos. Ao homem cabe acender o fogo, mas à mulher cabe mantê-lo vivo e cozer os alimentos.³⁵ A culinária é uma tarefa tão marcadamente feminina que José F. Feliciano nos diz que uma série de tabus e impedimentos associam o ato de cozinhar ou de servir comida a outrem às mulheres menstruadas, puérperas, abortadas, que deram a luz a natimortos ou cujo filho morreu ou ainda às infielis e viúvas. A associação analógica entre a gestação e o ato de cozinhar é tão íntima que, quando uma criança é prematura, costuma-se dizer que ela é “papa mal cozida”; revela-se também através da prescrição para que as mulheres coloquem no fogo as pontas mais grossas da lenha a ser queimada pois, doutro modo, seria como “por as pessoas ao contrário” e, se colocassem a partir da ponta mais fina, os filhos dessa mulher nasceriam com os pés para a frente. A mulher, qualquer que fosse o seu estado, deveria sempre preparar a comida de joelhos ou com as pernas dobradas, nunca abertas, pois esta posição de expulsão, de parto, atingiria os alimentos que se dispersariam. A comida servida por mulher menstruada, puérpera ou com aborto recente seria impura e, por associação, tornaria os homens tuberculosos, expulsores de sangue como elas. O marido que comesse comida de sua mulher menstruada ficaria com hidrocele, acumulando água em lugar de esperma. Os lóquios seriam de tal modo perigosos que a mulher puérpera deveria afastar-se da cozinha familiar por dois meses; e, por fim, a morte seria o destino esperado para quem se alimentasse com a comida preparada por uma viúva.³⁶

Se os afazeres domésticos e, particularmente, a culinária eram assim tão profundamente associados à definição do papel da mulher, não

³⁵ Henri Junod, *Usos e costumes dos bantos - A vida duma tribo do sul de África*, 2^a ed., Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1974, tomo I, pp. 165-167, tomo II, pp. 33, 35 e 179 e José Fialho Feliciano, “Antropologia económica dos Thonga do Sul de Moçambique”, (Doutorado, ISCTE-UTL, Lisboa, 1989), policopiada, p. 302.

³⁶ Feliciano, “Antropologia económica”, pp. 310-322.

seria apropriado perguntar-se por que motivo não eram as mulheres e sim os homens africanos que, rompendo com seus valores e tabus, se ofereciam para realizar tais tarefas nos lares dos colonos brancos, já que os tabus alimentares associados às mulheres estavam restritos aos membros da comunidade e não se aplicavam aos estrangeiros? É verdade que o que Janet Bujra afirma em seu estudo sobre a Tanzânia também se aplica à Moçambique colonial: as tarefas domésticas que as mulheres africanas aprendiam em suas próprias casas, e para satisfazerem às necessidades de suas famílias, não correspondiam àquelas que se esperavam de um empregado doméstico assalariado. Suas casas eram de barro e varas, cobertas de caniço e de chão batido, com poucos móveis: camas, bancos, eventualmente uma mesa. A comida era preparada em fogo de lenha, em panelas de barro assentadas sobre pedras. A casa dos colonos era maior, com compartimentos especializados, erguida em pedra, concreto ou tijolos, com janelas de vidros e equipada com caros e variados itens de mobiliário, cozinhas com água corrente e fogões. O trabalho demandado por este tipo de casa tem muito pouca relação com aquele aprendido em casa, entretanto, a própria autora reconhece, que a falta de coincidência entre estas tarefas não pode explicar adequadamente a divisão sexual neste tipo de trabalho.³⁷ Acrescento ainda que, se isto era verdade para as mulheres africanas, era ainda mais para os homens, que também não eram preparados culturalmente para desempenhar qualquer tarefa doméstica, mas antes aprendiam a fazê-lo no próprio emprego. Ora, se os homens aprendiam, as mulheres também poderiam aprender, principalmente porque, se não tinham domínio sobre as habilidades específicas exigidas por tais tarefas, tinham-nas em seu referencial mais abstrato. Mesmo sendo preparadas nas tarefas relacionadas à agricultura e aos cuidados com as crianças no âmbito de sua sociedade, isto não constituía motivo suficientemente forte para que fossem empregadas como assalariadas dos europeus em tais tarefas: embora, com a melhoria de vida do segmento branco, as mulheres brancas passassem a contar com babás e amas negras para atender os seus filhos, a maioria dos *babies siter* eram *mofanas*, garotos *indígenas* entre 10 e 14 anos fornecidos pelas admi-

³⁷ Bujra, "Men at work", pp. 247-248.

nistrações do interior;³⁸ e com a atividade de jardinagem era pior, conforme apontam os censos de Lourenço Marques: em 1912, a cidade contava com 21 jardineiros homens, sendo 05 brancos e 16 negros; passados dezesseis anos, dos 19 jardineiros, todos homens, dois eram brancos e 17 eram negros.³⁹

Elisabeth Schmidt acrescenta que, na Rodésia do Sul, o trabalho doméstico estava entre os que pior eram pagos, era estritamente vigiado e uma das formas mais isoladas de trabalho; daí talvez se explique, segundo Hansen, a relutância dos homens africanos em submeter suas mulheres, filhas e irmãs a tão penosa e degradante situação.⁴⁰ Também em Lourenço Marques, nas primeiras décadas do século vinte, os trabalhos domésticos estivessem no nível mais baixo da escala de salários urbanos para trabalhadores voluntários, conforme demonstra a tabela abaixo, referente a 1908⁴¹; entretanto, é preciso considerar que este tipo de trabalho permitia que os jovens entrassem na economia urbana contando com moradia e comida, tornando mais fácil a superação das barreiras que separavam o mundo rural do urbano e pondo-os em contato com o espaço urbano, com novas línguas, novos valores, — enfim, criava, ao menos para alguns, oportunidades de treinamento e mesmo de escolaridade rudimentar que lhes abria caminho, ainda que restrito, à busca de outros empregos melhor pagos, que exigiam especialização ou a astúcia e sagacidade tipicamente urbanas.⁴² Portanto, comparadas a outras formas de trabalho assalariado, as perspectivas oferecidas pelo trabalho doméstico não eram especialmente ruins, degradantes ou pesadas. Se atraía os homens, poderia ter atraído também as mulheres.

³⁸ Por exemplo, *Jornal do Comércio*, 24 ago. 1923 e *Relatório das Circunscripções do Distrito de Lourenço Marques -1911-1912*. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1913, p. 25.

³⁹ Azevedo, *Relatório sobre os trabalhos do recenseamento* e “Censo da população não indígena em 1928”.

⁴⁰ Karen Tranberg Hansen, “Body politics: sexuality, gender, and domestic service in Zambia”, *Journal of Women’s History*, 2 (1990), pp. 120-142 e “Household work as a man’s job; sex and gender in domestic service in Zambia”, *Anthropology Today*, 2 (1986), pp.18-23.

⁴¹ Dados baseados em Ribeiro, *Annuário de Moçambique - 1908*, pp. 700-701. O mesmo não ocorria, nos anos trinta, nas cidades do então Tanganyika, como indica Bujra, “Men at work”, pp. 252-253.

⁴² Penvenne, *African Workers*, p. 60.

Salários em Lourenço Marques - 1908

Profissões	Diárias em réis
Calafates europeus	2\$000 a 2\$500
Calafates indígenas	\$800 a 1\$000
Carpinteiros europeus	2\$000 a 3\$000
Carpinteiros asiáticos e indígenas	\$800 a 1\$800
Carroceiros europeus	2\$000 a 3\$000
Carroceiros asiáticos e indígenas	\$500 a \$700
Cozinheiros europeus	1\$000 a 1\$500
Cozinheiros indígenas	\$500 a \$700
Impressores europeus	1\$000 a 5\$000
Impressores indígenas	\$250 a 1\$100
Pintores europeus	2\$000 a 2\$500
Pintores indígenas	1\$000 a 1\$500
Serviçais europeus com cama e mesa	\$500 a \$700
Serviçais indígenas, idem.	\$150 a \$300
Tipógrafos europeus	2\$000 a 2\$500
Tipógrafos indígenas	\$250 a 1\$500

Embora não questione o caráter degradante da maioria das relações desenvolvidas no espaço de trabalho doméstico colonial, de maneira alguma podemos considerar que os trabalhadores domésticos estavam submetidos a um olhar escrutinador onisciente ou que vivessem isolados nas casas e quintais. Em Lourenço Marques, nas duas décadas iniciais do século, nem todas as casas contavam com rede de água corrente, cabendo aos serviçais ir às fontes para abastecerem a casa; os fogões e ferros de passar queimavam carvão ou lenha que tinham de ser adquiridos e a compra cotidiana de gêneros como pão, carne, verduras e legumes, que integravam as refeições dos patrões, eram de responsabilidade dos empregados domésticos. Por mais que os patrões fiscalizassem o dia-a-dia de seus empregados, era-lhes impossível cronometrar o tempo gasto, já que, em tais atividades, intervinhama fatores imponderáveis sobre os quais os patrões não podiam exercer o menor

controle: o tamanho das filas, a disponibilidade de água, a barraca que teria disponível a verdura desejada ou mais fresca, etc. Mesmo que alguns desses produtos pudessem ser adquiridos de vendedores ambulantes à porta de casa, estas atividades exigiam e possibilitavam que os empregados mantivessem contatos com outros colegas, conversassem, trocassem coscuvilhices sobre a vida de seus patrões e patroas, experiências acerca de sua própria vida, sobre salários, sobre vagas nesta ou naquela casa, pois a maioria dos empregos era preenchida através das redes de relacionamento pessoal. Casamento, nascimento ou morte de alguém, a prisão de outrem, a carestia ou uma ou outra notícia publicada nas páginas de *O Africano* ou de *O Brado Africano* certamente eram assuntos correntes nestes contatos cotidianos, que funcionavam como uma eficiente rede de informação oral disseminando valores, críticas e idéias. Ainda que não pudessem ou quisessem escapar às suas tarefas, mantinham algum controle sobre o tempo, a dinâmica e o ritmo do dia-a-dia, tornando a vida menos monótona e longe do que pudesse parecer um claustro. Assim, não vejo como concordar com Schmidt, que considera especialmente vigiada esta forma de trabalho, ou com Hansen que a considera tão degradante a ponto de explicar a ausência de mulheres africanas desta atividade.

Hansen acrescenta ainda que um dos motivos que afastavam as mulheres africanas do trabalho doméstico pago era que este conflitava com as demandas colocadas pelo atendimento ao seu próprio trabalho doméstico. Se as mulheres africanas tinham necessidade de dinheiro, afirma a autora, elas usualmente escolhiam trabalhar de forma independente, produzindo e vendendo cerveja ou verduras, atividades que podiam ser conciliadas com as tarefas de criar os filhos e cuidar da casa, além de mais lucrativas do que o serviço doméstico assalariado.⁴³ Esta perspectiva africana da questão, segundo Schmidt, recebeu pouca atenção no debate sobre o assunto que envolveu os colonos rodesianos. Hansen conclui que, na Rodésia do Norte, a divisão sexual do trabalho doméstico, tal como se configurou, foi resultante de uma série de fatores, a destacar: a) os oficiais administrativos, homens, viam as mulheres afri-

⁴³ Schmidt, "Race, sex, and domestic", p. 223 e Hansen, *Distant companions*, pp. 137 e 139.

canas em termos de sua função sexual; b) por partilharem desta mesma visão, as mulheres brancas preferiam não tê-las em suas casas; c) os homens africanos eram relutantes em permitir que as mulheres trabalhassem fora de casa; e, d) as próprias mulheres africanas não estavam muito interessadas no trabalho doméstico pago.⁴⁴

Se estes argumentos não alijam a perspectiva africana, também parecem não chegar no âmago da questão. O motivo pelo qual as mulheres africanas não se ofereciam para tais serviços está relacionado, no meu entender, com o papel de produtoras agrícolas e reprodutoras biológicas que lhes reservava a sociedade africana de onde provinham, particularmente com a prática do *lobolo*, que procurava garantir a integridade da futura esposa como reprodutora da linhagem masculina.⁴⁵ Os homens africanos, que através dos chefes e *mnumuzanes*, exerciam forte controle sobre a vida feminina, preocupados em preservar a sua linhagem — elemento fundamental na estruturação do sistema social —, tomavam assim os cuidados necessários para não exporem suas mulheres, mesmo ainda meninas, a um meio hostil e à sanha libidinosa dos senhores brancos.⁴⁶ Neste ponto, os homens africanos e as mulheres brancas, conforme aponta Schmidt, estavam de acordo: os homens brancos eram libidinosos. Segundo as práticas sociais africanas, à mulher cabia cuidar da *machamba* (roça) familiar, das lides domésticas e principalmente assegurar a reprodução e a educação dos filhos; portanto, se o cuidado com a preservação sexual tem algum papel nesta divisão sexual do trabalho doméstico, ele é muito mais decorrente de um mecanismo de defesa interno à sociedade africana do que uma estratégia de administração da vida sexual de seus esposos, por parte das mulheres brancas.

Recrutados entre jovens de dez a vinte anos, muitos destes empregados domésticos tornavam-se verdadeiros profissionais, conforme

⁴⁴ Hansen, *Distant companions*, p. 143 e Penvenne, *African Workers*, p. 58.

⁴⁵ O *lobolo* é uma espécie de dote que o noivo paga à família da noiva como uma forma de compensação pela perda deste membro ativo e o recebimento de qualquer parte do mesmo, em adiantamento, constitui compromisso de casamento. Ver, entre outros, Zamparoni, “Entre ‘narros’ & ‘mulungos’”, pp. 56-57 e 76; Feliciano, “Antropologia Económica”; Junod, *Usos e costumes*, e Schmidt, “Race, sex, and domestic”, pp. 223-224 e 228-230.

⁴⁶ *Mnumuzanes*: chefes locais de pequenas povoações formadas pelas casas de seus filhos casados e agregados. A respeito de seu papel no controle sobre o mercado de casamento e a sexualidade feminina, ver Patrick Harries. *Work culture and identity...* *Op. cit.*; pp. 90-100.

relata o Pe. Daniel da Cruz: “Os pretos em geral teem notável habilidade para os arranjos domésticos, depois de um breve tirocínio. Dão bons padeiros, optimos cosinheiros, lavam e engomam roupa com grande perfeição, trazem uma casa limpa e bem arrumada, servem à meza com muito acerto.”⁴⁷ Apesar de todo este esmero, porém, e independentemente de muitos serem pais de família e terem largos anos de experiência, eram pejorativamente chamados de *moleques* ou *rapazes* e raramente por seus nomes próprios. Alguns patrões atribuíam nomes bíblicos como Antônio, João, Pedro, nomes portugueses como Manoel e Joaquim, que lhes eram mais familiares e fáceis de pronunciar, ou então atribuíam nomes de objetos e produtos como Sabonete, Colher, etc. Os empregados, por seu turno, raramente se dirigiam aos seus empregadores chamando-os por seus nomes e sim por termos como Senhor, Patrão, Chefe, Dona, Patroa.⁴⁸ Talvez fosse no interior das casas dos colonos que fatores como raça, classe e sexo estivessem melhor delineados do que em qualquer outro espaço da vida colonial. Como essa relação entre patrões e empregados era, na prática, majoritariamente estabelecida entre as patroas brancas e os empregados negros, uma forma de convivência baseada no distanciamento e na rígida hierarquia era construída. As mulheres brancas que, na sociedade colonial, patriarcal e machista, se encontravam numa posição de subordinação em relação aos homens brancos, procuravam inverter este exercício de poder sobre outros homens: seus empregados negros. Talvez a necessidade de demonstrar alguma autoridade pessoal, sem pôr em causa a autoridade de seus maridos ou pais, é que fazia com que as mulheres brancas fossem tidas como muito mais rigorosas do que os homens em relação aos subordinados diretos⁴⁹. O exercício do poder, portanto, no universo doméstico, mas não só, se dava em dois níveis: primeiro, entre membros da mesma raça, onde o critério de subordinação era a pretensa inferioridade do sexo feminino e, num segundo momento, quando, no relaciona-

⁴⁷ Cruz, *Em terras de Gaza*, p. 221.

⁴⁸ A mesma prática se dava na antiga Rodésia do Norte, hoje Zâmbia, onde os empregados podiam chamar-se Sixpence, Pumpkin, Wirelees, Bicycle, Cigarette ou Cabbage e os patrões Bwana, Master, Missus, Dona, Madam, conforme aponta Hansen, *Distant Companions*, p. 66.

⁴⁹ Hansen, *Distant companions*, p. 70.

mento entre raças diferentes, o critério de gênero perdia importância e era substituído pelo de raça/classe.

O trabalho doméstico cria uma situação de proximidade física entre patrões e empregados e as relações cotidianas, que no interior das casas se estabelecem, exigem a cooperação e o entendimento entre as partes. Será que era isto o que acontecia numa situação colonial? As fontes não são abundantes, nem muito diretas quanto ao tema. A documentação um pouco mais abundante refere-se já aos momentos de conflito⁵⁰. Fora isto, as informações que encontramos permeavam, de maneira difusa e esparsa, alguns artigos e cartas enviadas aos jornais, como o de autoria de um colono branco, publicado, em 1915, em *O Africano*. Assim dizia:

O Serviçal é entre a civilização, a máquina que executa dentro da nossa casa todos os serviços materiais para a comodidade e o conforto da nossa existência particular. É o criado, grave, por excelência, na vida africana. (...) o serviçal é a nossa segunda individualidade, a quem confiamos em absoluto todos os nossos valores e até a própria vida.⁵¹

O que se pode depreender desta afirmação? É a confissão de uma aparente inversão nas relações de dependência. Não seriam os serviçais que dependeriam dos patrões, mas estes que deles dependeriam, para terem o bem-estar e o conforto; contudo, se os valores e até mesmo a vida dos patrões eram confiados aos empregados, era na condição de que estes últimos neutralizassem a sua própria individualidade, para se converterem em máquinas; e mais ainda: numa espécie de duplo dos patrões, uma extensão de sua vontade, devendo mostrar-se esvaziados de conteúdos, valores e sentimentos próprios.

Mas tal confiança não se traduzia numa relação amigável e próxima. O tom grave demarcava os limites. Os patrões esperavam que os

⁵⁰ Ver, por exemplo: *Jornal do Comércio*, 1 jan. 1905, AHM-ACM, Secção F - Justiça, caixas de 223 a 259 - Autos e Processos crime (trabalho) 1908-1940, particularmente os docs. 35/37 - *Empregadores - Empregados, reclamações* de Maio de 1909 a Dezembro de 1912 e ainda AHM-DSNI, Secção B, Curadoria e Negócios Indígenas, cx. 1590, Proc. 20, Pasta anos 1930/34, Assunto: Queixas de indígenas contra europeus.

⁵¹ *O Africano*, 24 mar. 1915.

empregados fossem eficientes, limpos, pontuais e, principalmente, respeitosos e fiéis cumpridores das ordens. Se esta expectativa fosse atingida, alguns patrões manifestavam, para com os seus criados, uma atitude paternalista⁵², fornecendo-lhes cartas de referência ou indicando-os a novos patrões ou a empregos melhor pagos, quando se retirassem para a metrópole; no entanto, isto não significava qualquer tipo de intimidade. Os patrões exigiam e faziam cumprir rigorosamente as ordens expressas, quer num tom amistoso, quer aos gritos, como se com crianças tratassesem. De qualquer modo, esta convivência diária conflitava com o abismo existente entre dominadores e dominados, baseado em premissas raciais e econômicas que a sociedade colonial criara; assim, no espaço doméstico, era preciso desenvolver novos protocolos e regras de comportamento para que não se confundissem *locus* físico com *locus* social.

Desse modo, já naquela época e tal como ainda ocorre nos dias de hoje, os empregados, embora circulassem pela casa, arrumassem as camas, lavassem as marcas das intimidades dos patrões, fizessem a comida, não podiam sentar-se nas cadeiras, sofás, à mesa ou usar o banheiro que estes usavam; quando moravam no emprego, tinham quartos destacados do resto da casa, geralmente no fundo dos quintais e, embora cuidassem dos quintais, deles não podiam usufruir livremente. Dois lugares nos lares norte-rodesianos, segundo Hansen, eram vedados aos empregados e muitas vezes trancados: a dispensa e o armário de bebidas.⁵³ Esta, aliás, parecia ser uma opinião generalizada. O Pe. Daniel da Cruz, referindo-se aos serviços domésticos de Moçambique, assim trata do assunto: “se não andarem bem vigiados, embebedam-se sempre que podem e não tem o menor escrúpulo de roubar quantas coisas encontram, principalmente de comer e beber. O ponto é poder fazê-lo impunemente.”⁵⁴ O que o padre não discute é o que os levava a tal ato. Não é improvável que roubavam para comer, fosse porque os salários eram miseráveis, fosse porque a comida que os patrões lhes destinavam era insuficiente, ou ainda porque quisessem provar da comi-

⁵² Penvenne, *African workers*, p. 61.

⁵³ Hansen, *Distant companions*, p. 67.

⁵⁴ Cruz, *Em terras de Gaza*, p. 221. Opinião semelhante é expressa pelo médico e, depois, Prêmio Nobel, Albert Schweitzer, *Entre a água e a selva*, p. 59.

da do patrão, uma vez que, na maioria das casas, aos criados era preparada uma comida distinta e de qualidade inferior. As diferentes dietas alimentares ajudavam a compor a fronteira social e cultural, a qual, aos olhos europeus, não devia ser transposta. De qualquer modo, tais roubos, ocorrências individuais, eram tomados como expressão do caráter de toda uma população de pele negra e raramente ocorriam de maneira impune. Quando os patrões não aplicavam eles próprios as punições, como a suspensão da alimentação, cortes de vencimentos ou castigos físicos, apelavam para as autoridades administrativas que se incumbiam de dar o corretivo: o uso da palmatória e mesmo do *cavalo marinho*, como era conhecido o temido chicote de couro de hipopótamo, era moeda corrente e perdurou até os anos finais do domínio colonial, sendo que a punição por faltas reais ou presumidas podia levar à morte.⁵⁵ Raúl Bernardo Honwana narra que, em 1938, um inglês hospedado no Hotel Internacional, na Moamba, deu queixa à Administração do sumiço de uma pasta contendo pouco dinheiro e muitos documentos. As suspeitas logo caíram sobre o criado negro, rapaz de uns 20 anos, natural de Gaza, que procedia à limpeza dos quartos. O rapaz confessou que havia limpado o quarto, mas afirmava que não havia mexido em nada. Entretanto, seus argumentos não convenceram as autoridades e:

Como era hábito naqueles tempos, o administrador que era o Sr. Perpétuo da Cruz, mandou dar palmatóadas ao rapaz, mas este continuou a negar tudo. Então mandou dar-lhe chicotadas de cavalo-marinho, por dois sipayos. Este castigo foi muito duro, pois ele gritava e rebolava no chão, mas nada confessou. Ao fim da tarde, o suspeito foi levado aos calabouços onde ficou detido para no dia seguinte se proceder novamente ao interrogatório. (...) Na manhã seguinte, o sipaio carcereiro veio dizer que o preso, tendo-se sentido mal durante a noite, foi levado ao hospital e ali fora medicado, mas que, regressado aos calabouços, falecera

⁵⁵ Henri A. Junod, *Grammaire ronga* - suivie d'un manual de conversation et d'un vocabulaire ronga-portugais-français-anglais, pour exposer et illustrer les lois du ronga, langage parlée pour les indigènes du district de Lourenço Marques, Lausanne, Georges Bridel, 1896 e ainda, por exemplo: AHM-ACLM, livro de *Registros da Aplicação de Castigos Corporais*, 1955-1957 e Penvenne, *African workers*, pp. 146-7.

durante a noite. (...) Procedeu-se à autópsia no dia seguinte e o médico informou que o rapaz falecera de pneumonia dupla e assim foi mandado enterrar sem mais complicações.⁵⁶

Como, além do inglês queixoso, lá estivesse hospedado também um alemão, e como ambos deixaram misteriosamente o hotel, isto às vésperas da Segunda Guerra, circulou entre os hóspedes a hipótese, bastante razoável, de que ambos fossem espiões e que o alemão teria roubado o inglês. Contudo, para as autoridades coloniais tratava-se apenas de mais um negro morto e com ele foi enterrado o assunto — e outro serviçal negro foi contratado para substituí-lo, perpetuando-se o círculo.

⁵⁶ Raúl Bernardo Honwana, *Memórias*, Rio Tinto, Asa, 1989, p. 90.